



15.7.A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas/UNIFEI poderá, por motivos relevantes, cancelar ou anular a prova, devendo os candidatos afetados submeter-se a provas em novas datas e locais, sem necessidade de pagamento de nova taxa de inscrição.

15.8.O Concurso será válido por dois anos a contar da data de homologação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do Inciso III do Art. 37 da Constituição Federal e do Art. 12 da Lei nº 8.112/1990.

15.9.No período de 03 anos, após o início do efetivo exercício, não serão aceitos pedidos de redistribuição, remoção para outro campus, nem de alteração do regime de trabalho.

15.10.No interesse da Administração, os candidatos classificados poderão ser aproveitados para outro campus da UNIFEI ou por outras Instituições Federais de Ensino.

15.11.A qualquer tempo poderá ser anulada a inscrição do candidato se for verificada falsidade e/ou irregularidade nas declarações e/ou nos documentos apresentados.

15.12.As despesas relativas à participação no Concurso Público serão de responsabilidade do candidato.

15.13.Os cadernos de provas serão disponibilizados para consulta pela comunidade/interessados no site da UNIFEI após a homologação do resultado final do concurso.

15.14.Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas/UNIFEI.

15.15.O cronograma de atividades relativas a este concurso encontra-se no Anexo I.

15.16.Este Edital entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALINY CRISTINA DOS SANTOS

ANEXO I

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO CONCURSO

Atividade	Data
Período de Inscrições	09/01/18 a 08/02/18
Pagamento da Taxa de Inscrição	Até 09/02/18
Consulta da Situação de Inscrição	A partir de 23/02/18
Solicitação de Isenção de Taxa de Inscrição	09/01/18 a 15/01/18
Resultado da Análise das Solicitações de Isenção	A partir do dia 25/01/18
Realização das Provas	18/03/18
Divulgação do Gabarito Preliminar	20/03/18
Interposição de Recursos Contra o Gabarito Preliminar (por SEDEX)	21 e 22/03/18
Postagem com Aviso de Recebimento (AR) das respostas dos recursos (se houverem)	Até 06/04/18
Divulgação do Gabarito Final após análise dos recursos	09/04/18
Divulgação do Resultado Preliminar do Concurso	09/04/18
Interposição de Recursos Contra o Resultado Preliminar (por SEDEX)	10 e 11/04/18
Verificação da Veracidade da Autodeclaração Racial	17 e 18/04/18
Divulgação do resultado da verificação da Veracidade da Autodeclaração Racial	19/04/18
Recurso contra resultado da verificação da Veracidade da Autodeclaração Racial	19 e 20/04/18
Postagem com Aviso de Recebimento (AR) das respostas dos recursos contra o Resultado Preliminar (se houverem)	Até 27/04/18
Divulgação do Resultado Final do Concurso após Análise e Resposta dos Recursos	A partir do dia 27/04/18
Homologação do Resultado Final no Diário Oficial da União	A partir do dia 04/05/18

EDITAL Nº 18, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017 CONCURSO PÚBLICO

A Pró-Reitora Substituta de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Itajubá, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Reitor, através das Portarias nº 806, de 10/05/2017, publicada no DOU de 11/05/2017 e nº 1.097 de 22/06/2017, publicada no DOU de 26/06/2017, e nos termos dos Decretos nºs 6.944/2009 e 7.232/2010, torna pública a realização de concurso público destinado a selecionar candidatos para provimento de vagas dos Cargos de Servidores Técnicos-Administrativos em Educação, conforme a Lei nº 11.091/2005, sob o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais, de acordo com a Lei nº 8.112/1990, e demais regulamentações pertinentes, nas vagas previstas no quadro do Item 2.1, nos termos do presente Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1.O Concurso Público será regido por este Edital e gerenciado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UNIFEI.

1.2.O concurso destina-se a selecionar candidatos para provimento no quadro de pessoal da Universidade Federal de Itajubá, no campus de Itajubá/MG, das vagas autorizadas pela Portaria Interministerial MPDG/MEC nº 316 de 09/10/2017, publicada no DOU de 19/10/2017, acrescidas daquelas que vierem a ser autorizadas pelos citados órgãos durante sua validade, inclusive sua prorrogação.

1.3.A reserva de vagas às pessoas portadoras de deficiência, de que trata o § 2º, do art. 5º, da Lei nº 8.112/1990 e o Decreto nº 3.298/1999 não se aplica a este Edital, devido ao número insuficiente de vagas.

1.4.A reserva de vagas aos negros de que trata a Lei nº 12.990/2014 não se aplica a este Edital devido ao número insuficiente de vagas.

2. DA ESPECIFICAÇÃO DO CARGO E VAGAS

2.1.cargo, o nº de vagas, a carga horária semanal e a escolaridade são os seguintes:

Cargos de Nível de Classificação "E"	Vagas		Carga Horária Semanal	Escolaridade Exigida
	Ampla concorrência (AC)			
Economista	1		40	Curso Superior em Economia
Total Geral de Vagas	01			

2.2.A remuneração inicial é a equivalente ao vencimento básico do respectivo cargo, conforme previsto na Lei nº 13.325/2016:

Nível de Classificação	Nível de Capacitação	Padrão de vencimento	Vencimento básico
E	I	01	R\$ 4.180,66

2.3.Os seguintes auxílios poderão ser oferecidos de acordo com a legislação abaixo:

•Alimentação: Lei nº 8.460, DOU de 17 e 18/09/1992 e Portaria MPOG nº 11, DOU de 14/01/2016

•Pré-Escolar: Decreto nº 977, DOU de 11/11/1993, Instrução Normativa nº 012, DOU de 28/12/1993 e Portaria MPOG nº 10, DOU de 14/01/2016.

•Transporte: Decreto nº 2.880, de 15/12/1998, DOU de 16/12/1998 e Medida Provisória nº 2.165-36, DOU de 24/08/2001.

•Ressarcimento do Plano de Saúde: Portaria Normativa SRH nº 05, de 13/10/2010 e Portaria MPOG nº 08, DOU de 14/01/2016.

2.4.Tabela de percentuais de incentivo à qualificação para nível de escolaridade formal superior ao exigido para o exercício do cargo:

Nível de escolaridade formal superior ao previsto para o exercício do cargo (curso reconhecido pelo Ministério da Educação)	Área de conhecimento com relação direta	Área de conhecimento com relação indireta
Especialização, com carga horária igual ou superior a 360h	30%	20%
Mestrado	52%	35%
Doutorado	75%	50%

2.5.O diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo será exigido e analisado somente na posse e não na inscrição para o concurso público, considerando a Súmula nº 266 do Superior Tribunal de Justiça - STJ de 22/05/2002.

2.6.Os conteúdos programáticos do presente concurso estarão disponíveis no endereço eletrônico <http://unifei.edu.br/pessoal/edital-no-18-2017/>.

2.7.As descrições sumárias do cargo do presente concurso estarão disponíveis no endereço eletrônico <http://unifei.edu.br/pessoal/edital-no-18-2017/>.

3.DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

3.1.No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência ou com limitação temporária que necessite de condições especiais no dia da prova do concurso deverá informar no formulário de inscrição as condições de que necessita, obedecendo a critérios de viabilidade e razoabilidade.

3.2.Aos candidatos portadores de deficiência, poderão ser realizadas as seguintes adaptações da prova, conforme o caso: auxílio de um intérprete de línguas para orientações relativas à aplicação da prova; impressão da prova com corpo tamanho 18; auxílio de leitor;

auxílio de transcritor; realização de prova em sala de mais fácil acesso.

3.3.Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas neste Edital, participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne: ao conteúdo da prova; a avaliação e aos critérios de aprovação; ao horário e ao local de aplicação da prova e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.4.Por medida de segurança, as provas dos candidatos portadores de deficiência poderão ser gravadas ou filmadas.

3.5.O candidato portador de deficiência ou com limitação temporária que necessite de condições especiais para realizar a prova, mas que não tenha se manifestado no ato da inscrição, conforme Item 3.1 deste Edital, fará a prova nas mesmas condições que os demais candidatos.

3.6.A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova poderá fazê-lo, desde que assim o requeira dentro do prazo de inscrições. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

3.7.A candidata que não apresentar a solicitação no prazo estabelecido neste Edital não poderá ter a solicitação atendida por questões de não adequação física das instalações nos locais de realização da prova.

3.8.Um adulto responsável pela guarda da criança deverá ser indicado pela candidata e terá permanência temporária e em local apropriado autorizada pela coordenação do concurso.

3.9.Nos momentos necessários à amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal do sexo feminino, designada pela Coordenação do concurso, que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos deste Edital.

3.10.A amamentação dar-se-á nos momentos em que se fizerem necessários. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de quaisquer outras pessoas.

4.DA INSCRIÇÃO

4.1.A inscrição deverá ser feita entre os dias 09 de janeiro de 2018 a 08 de fevereiro de 2018, exclusivamente no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) da UNIFEI no endereço eletrônico <https://sigrh.unifei.edu.br/sigrh/public/home.jsf> - Concursos - Concursos Abertos.



4.2.O pagamento da taxa de inscrição deverá ser feito até o dia 09 de fevereiro de 2018 mediante uso da Guia de Recolhimento Único - GRU gerada no ato da inscrição.

4.3.O valor da taxa de inscrição é de R\$ 120,00.

4.4.A inscrição somente será confirmada após a identificação eletrônica do pagamento da taxa. O simples agendamento do pagamento no banco não é suficiente para efetivação da inscrição.

4.5.Para tornar mais ágil a inscrição, o candidato deverá digitalizar a GRU e o comprovante de pagamento e enviá-los para o endereço eletrônico concursos@unifei.edu.br para que seja efetuada a confirmação do pagamento da taxa de inscrição.

4.6.Cabe ao candidato consultar a situação de sua inscrição. Caso não apareça o pagamento confirmado até o dia 23 de fevereiro de 2018, este deverá entrar em contato com a Coordenação do Concurso, por meio do telefone: (35) 3629-1651.

4.7.Ao se inscrever, o candidato assume total responsabilidade pelas informações prestadas no formulário de inscrição, armando com as consequências de eventuais erros de preenchimento.

4.8.Não serão devolvidos valores referentes à taxa de inscrição, salvo em caso de cancelamento do concurso por conveniência da UNIFEI.

4.9.Ao se inscrever, o candidato aceita, de forma irrevogável, as condições contidas neste Edital, não podendo delas alegar desconhecimento.

4.10.A UNIFEI não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivo de falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1.O candidato que se enquadrar nos termos do Decreto nº 6.593/2008 poderá solicitar isenção da taxa de inscrição à UNIFEI, no período de 09 a 15 de janeiro de 2018, preenchendo, de forma legível, o requerimento disponível no endereço eletrônico <http://unifei.edu.br/pessoal/edital-no-18-2017/> e entregar na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas/UNIFEI ou encaminhar pelos Correios, juntamente com a cópia do CPF, de um documento de identidade (Carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Corpos de Bombeiros Militares, carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc...), carteiras funcionais expedidas por órgão público reconhecido por lei, como identidade, carteira de trabalho, passaporte e carteira nacional de habilitação (somente modelo aprovado pelo Art. 159 da Lei nº 9503/1997)) e de um documento que comprove a inscrição no Cadastro Único com o número do NIS.

UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - Campus SEDE

Solicitação de Isenção de Taxa de Inscrição - Concurso Público - Edital Nº 18/2017
Av. BPS, 1303, bairro Pinheirinho - CEP: 37500-903 - Itajubá /MG

5.2.O candidato cuja solicitação de isenção tenha sido deferida deverá inscrever-se normalmente de acordo com este Edital, sem efetuar a taxa de inscrição. O candidato que tiver seu pedido indeferido poderá inscrever-se normalmente, efetuando o pagamento da taxa de inscrição.

5.3.A declaração de que é membro de família de baixa renda, constante do requerimento, sendo falsa, sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no Parágrafo Único do Art. 10, do Decreto nº 83.936/1979.

5.4.Apesar de o Programa de Integração Social (PIS) utilizar a mesma regra de geração do NIS, ter o PIS não significa estar cadastrado no Cadastro Único. Para o candidato estar no Cadastro Único, é necessário efetuar o cadastramento junto ao órgão gestor do Cadastro Único do município em que reside (procurar a Prefeitura). Se o PIS informado não estiver cadastrado no Cadastro Único, o pedido de isenção será indeferido.

5.5.O cadastro do candidato somente consegue ser visualizado na base do SISTAC (Sistema de Isenção de Taxa de Inscrição de Concursos) após 45 (quarenta e cinco) dias do processamento das informações na base nacional do Cadastro Único. Se o candidato fizer seu cadastro dentro desse prazo ocorrerá a não habilitação no Cadastro Único e, conseqüentemente, o pedido de isenção será indeferido.

5.6.Para a concessão da isenção da taxa de inscrição, é de suma importância que os dados informados no requerimento de solicitação de isenção sejam idênticos aos que foram informados no Cadastro Único. Caso o candidato esteja com divergências cadastrais, o SISTAC negará a solicitação de isenção.

5.7.Terá seu pedido negado o pleiteante que:

a)Fizer mais de um requerimento de isenção;

b)Apresentar pedido com informações insuficientes e/ou contraditórias, que não comprovem o relato do requerimento de isenção;

c)Prestar informações não verídicas constatadas após a consulta ao órgão gestor do Cadastro Único.

5.8.A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas divulgará a partir do dia 25 de janeiro de 2018, no endereço eletrônico <http://unifei.edu.br/pessoal/edital-no-18-2017/>, a lista contendo o resultado da análise dos pedidos de isenção.

6.DAS PROVAS

6.1.As provas acontecerão em duas fases. A primeira fase será no dia 18 de março de 2018, com divulgação dos habilitados para a segunda fase no dia 18 de abril de 2018. A segunda fase será no dia 22 de abril de 2018.

6.2.Os tipos de provas, a quantidade de questões da primeira fase e a quantidade de habilitados para a segunda fase estão especificados na tabela a seguir:

CARGO	PROVAS			
	1ª FASE		2ª FASE	
	Conteúdo	Número de Questões	Quantidade de habilitados	Conteúdo
Economista	Língua Portuguesa	15	5	Prática específica
	Conhecimento Específico	35		

6.3.As provas da primeira fase ocorrerão das 14h00min às 18h00min.

6.4.As provas da primeira fase serão de múltipla escolha, com quatro alternativas (a, b, c, d), das quais apenas uma deve ser assinalada. Cada questão valerá 2 pontos. A totalização para a primeira fase será de 100 pontos.

6.5.A primeira fase será eliminatória e classificatória sendo que:

a)A composição da nota será a soma dos pontos obtidos no conhecimento específico e na língua portuguesa;

b)O candidato será eliminado se sua nota for inferior a 60 pontos;

c)A classificação do candidato para a segunda fase será o que está previsto no Item 6.2, observada a classificação em ordem decrescente do total de pontos obtidos na primeira fase.

6.6.Será classificado para a segunda fase o número máximo de candidatos aprovados na primeira fase, de acordo com o art. 16 e Anexo II do Decreto nº 6.944/2009, publicado no Diário Oficial da União de 24/8/2009.

6.7.Os candidatos não classificados na primeira fase, no número máximo de aprovados de que trata o Item 6.6 deste Edital, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no concurso público, de acordo com o § 1º do art.16 do Decreto nº 6.944/2009.

6.8.Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados da primeira fase, na forma dos Itens 6.6 e 6.7, serão considerados reprovados nos termos do § 3º do art. 16 do Decreto nº 6.944/2009.

6.9.A segunda fase será classificatória e consistirá de uma Prova Prática Específica, com 05 (cinco) questões relativas à Plataforma SIGA Brasil (<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil>), conforme abaixo:

6.9.1.Utilizando computador com sistema operacional Windows o candidato realizará consulta ao sistema e deverá elaborar relatório na Plataforma SIGA Brasil.

6.9.2.O candidato, também, deverá fazer a extração de dados da Plataforma SIGA Brasil e em seguida compilar e elaborar relatório com o uso de tabela dinâmica padrão EXCEL.

6.9.3.A apostila de uso da Plataforma SIGA encontra-se em <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil>.

6.10.Cada questão da Prova Prática Específica valerá 20 pontos, totalizando 100 pontos para a segunda fase.

6.11.O horário de aplicação e outras instruções para a Prova Prática Específica será divulgado no endereço eletrônico <http://unifei.edu.br/pessoal/edital-no-18-2017/>, a partir do dia 18 de abril de 2018.

6.12.O local de aplicação das provas será: UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá - Campus SEDE Av. BPS, 1303, Bairro Pinheirinho - CEP: 37500-903 - Itajubá - Minas Gerais

6.13.A ausência do candidato, por qualquer motivo, tais como doença e atraso, implicará sua eliminação do Concurso Público.

6.14.O candidato deverá chegar ao local da prova com pelo menos 30 minutos de antecedência, munido de um dos seguintes documentos de identidade original: Carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Corpos de Bombeiros Militares, carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc...), carteiras funcionais expedidas por órgão público reconhecido por lei, como identidade, carteira de trabalho, passaporte e carteira nacional de habilitação (somente modelo aprovado pelo Art. 159 da Lei nº 9503/1997), cedula esferográfica preta ou azul, lápis e borracha.

6.15.É proibido o uso de régulas, bonês, calculadoras, dispositivos eletrônicos, relógios, relógios-calculadoras e similares, bem como telefones celulares.

6.16.O local da prova será aberto 30 minutos antes e fechado exatamente no horário estabelecido para o início da prova, conforme horário de Brasília.

6.17.É vedada a entrada de retardatários, não importando o motivo do atraso.

6.18.No caso de dúvidas, o candidato deverá procurar o coordenador de aplicação das provas no local.

6.19.Nas provas objetivas, haverá, para cada candidato, um caderno de prova e um cartão-resposta identificado e numerado adequadamente.

6.20.Ao receber o caderno de prova e o cartão-resposta o candidato deverá conferir se seus dados estão corretos e se não há problemas no caderno de prova.

6.21.Em caso de problemas de impressão no caderno de prova ou falta de alguma folha, o candidato deverá solicitar caderno de prova reserva ao fiscal de prova.

6.22.As respostas às questões objetivas deverão ser transcritas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, devendo o candidato assinalar uma única resposta para cada questão.

6.23.O candidato assume plena e total responsabilidade pelo correto preenchimento do cartão-resposta e pela sua integridade. Não haverá substituição desse cartão, salvo em caso de defeito em sua impressão.

6.24.Não será permitido ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se do recinto, a não ser em casos especiais e acompanhados de membro componente da equipe de aplicação do Concurso Público.

6.25.O candidato somente poderá levar o caderno de provas e retirar-se da sala após uma hora e trinta minutos do início da prova objetiva, devendo entregar ao aplicador da prova, obrigatoriamente, o cartão-resposta devidamente assinado.

6.26.Os 03 últimos candidatos de cada sala de prova somente poderão retirar-se simultaneamente, para garantir a lisura na aplicação.

6.27.A correção das provas objetivas será feita por meio de leitura óptica do cartão-resposta. Não serão consideradas questões não-assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.

6.28.O candidato que durante a realização das provas incorrer em qualquer das hipóteses a seguir terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado deste Concurso Público:

I.recurar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

II.afastar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão-resposta;

III.descumprir as instruções contidas no caderno de provas;

IV.utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter a sua aprovação ou a aprovação de terceiros no Concurso Público;

V.praticar ato contra as normas ou a disciplina, durante a aplicação das provas;

VI.faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, para com qualquer autoridade presente ou para com outro candidato.

6.29.Constatada a utilização pelo candidato, a qualquer tempo, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, de procedimentos ilícitos, o candidato terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Concurso, sem prejuízo das correspondentes cominações legais civis e criminais.

6.30.Para garantir a segurança e a confiabilidade do Concurso Público, poderá ser efetuada a coleta das impressões digitais dos candidatos durante a realização das provas, para confronto com as dos candidatos aprovados.

6.31.A UNIFEI não se responsabilizar por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos durante a realização das provas, nem por danos a eles causados.

6.32.Os gabaritos preliminares das duas fases seguirão as datas, conforme cronograma no Anexo I.

7.DOS RECURSOS

7.1.Em caso de recursos, estes deverão ser encaminhados por SEDEX, à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas do Campus SEDE, no período especificado no cronograma constante do Anexo I deste Edital.

Universidade Federal de Itajubá

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - Campus SEDE

Recurso Concurso Público - Edital Nº 18/2017

Av. BPS, 1303 - Bairro Pinheirinho - CEP 37500-903 - Itajubá/MG

7.2.Julgado precedente o recurso, a questão poderá ser anulada e os pontos correspondentes contados em favor de todos os candidatos ou poderá ser corrigido o gabarito, conforme o caso.

7.3.As respostas individualizadas aos recursos serão enviadas ao candidato, via correios com AR e também pelo endereço eletrônico do candidato, informado no ato da inscrição.

7.4.Em caso de anulação de questões ou de correção de gabarito em consequência da interposição de recursos, será publicado um documento juntamente com o gabarito após análise dos recursos, expondo as respectivas motivações apresentadas.

7.5.Para cada candidato, admitir-se-á um único processo de recurso em cada fase, desde que fundamentado. A fundamentação dos recursos das questões específicas e de língua portuguesa deverá ser encaminhada em folhas separadas, para agilizar a análise.

7.6.Com exceção dos recursos previstos nos Itens anteriores, não será concedida revisão de provas, segunda chamada, vistas ou recontagem de pontos em qualquer prova.

7.7.Não caberá recurso sobre o resultado final.

7.8.O gabarito final após análise dos recursos, se houverem, será divulgado no endereço eletrônico <http://unifei.edu.br/pessoal/edital-no-18-2017/>, conforme Anexo I deste Edital.



8.DA CLASSIFICAÇÃO GERAL E DOS HABILITADOS

8.1.A quantidade de candidatos habilitados, na lista de ampla concorrência, está especificada na tabela abaixo:

Cargo	Número de habilitados no Resultado Final
Economista	5

8.2. Os candidatos não classificados no número máximo de habilitados de que trata o Item 8.1 deste Edital, ainda que tenham atingido a nota mínima, estarão automaticamente reprovados no concurso público, de acordo com o § 1º do art. 16 do Decreto nº 6.944/2009.

8.3.Nenhum dos candidatos empatados na classificação geral, na forma dos Itens 8.1 e 8.2, serão considerados reprovados nos termos do § 3º do Art. 16 do Decreto nº 6.944/2009.

8.4.Para a classificação geral dos candidatos será calculada uma nota final que será obtida pela média aritmética da nota da primeira fase e da nota da segunda fase.

8.5.A classificação geral será elaborada na ordem decrescente da nota final obtida.

8.6.Havendo empate na nota final, terá preferência, sucessivamente, o candidato:

- que obtiver a maior pontuação na Prova de Conhecimento Específico;
- que obtiver a maior pontuação na Prova Prática Específica;
- de maior idade

9.DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

9.1.O resultado preliminar e o resultado final serão divulgados no endereço eletrônico <http://unifei.edu.br/pessoal/edital-no-18-2017/>, conforme cronograma constante do Anexo I.

10.DA PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO CONCURSO

10.1.Será homologado o número máximo de candidatos aprovados no certame, de acordo com o Item 8 e com o Art. 16 do Decreto nº 6.944/2009 e seu Anexo II, publicado no Diário Oficial da União de 24/8/2009.

10.2.A homologação do resultado final será publicada no Diário Oficial da União e na página <http://unifei.edu.br/pessoal/edital-no-18-2017/>.

11.DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NA CARGO

11.1.Os requisitos para a investidura na cargo a que se refere o presente concurso são os seguintes:

- Ter sido aprovado neste concurso público;
- Não acumular cargos, empregos e funções públicas, exceto aqueles permitidos no Art. 37, Inciso XVI, da Constituição Federal, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 34/2001, assegurada a hipótese de opção nos termos da lei, dentro do prazo para a posse, determinado no parágrafo 1º do Art. 13 da Lei nº 8.112/1990;
- Ser brasileiro nato ou naturalizado ou, ainda, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo §1º do Art. 12, da Constituição Federal;
- Apresentar original e fotocópia do registro no Conselho Competente.
- Estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e demais exigências de habilitação para o exercício do cargo;

f)Atender às exigências do Art. 5º da Lei nº 8.112/1990, a saber:

- I.A nacionalidade brasileira;
- II.O gozo dos direitos políticos;
- III.A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV.O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

- V.A idade mínima de dezoito anos;
- VI.Aptidão física e mental.

g)Não ter sofrido, no exercício da Função Pública, penalidade incompatível com a investidura em Cargo Público Federal, prevista no Parágrafo Único, do Art. 137, da Lei nº 8.112/1990, bem como não ter sido penalizado, nos últimos 5 anos, na forma da legislação vigente;

h)Atender todas as exigências deste Edital;

11.2.A não apresentação da documentação implicará o impedimento de posse do candidato aprovado.

12.DO PROVIMENTO DAS VAGAS E DO APROVEITAMENTO DOS CANDIDATOS HABILITADOS

12.1.A convocação dos candidatos aprovados e classificados até o limite de vagas, será realizada exclusivamente por correspondência, não se responsabilizando a Universidade Federal de Itajubá pela mudança de endereço sem comunicação prévia, por escrito, por parte do candidato.

12.2.Tomar-se-á sem efeito a nomeação do candidato que não comparecer para a posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da nomeação no Diário Oficial da União, conforme Art. 13 da Lei nº 8.112/1990.

12.3.O não comparecimento do candidato aprovado facultará à UNIFEI a convocação dos candidatos seguintes, perdendo este o direito de investidura na cargo ao qual se habilitou.

12.4.Os candidatos aprovados serão nomeados obedecendo-se rigorosamente à ordem de classificação.

12.5.A aprovação no concurso em número excedente ao número de vagas previsto neste Edital não assegura ao candidato o direito de ingresso no quadro de servidores da UNIFEI, mas sim a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais, orçamentárias e financeiras pertinentes, bem como a rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do concurso e da apresentação da documentação exigida em lei.

12.6.O provimento do candidato na cargo fica condicionado à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados no Item 11 deste Edital e na Carta de Convocação.

12.7.O candidato aprovado que for nomeado e convocado para assumir o cargo somente tomará posse se for considerado apto física e mentalmente para o cargo pretendido. Essa avaliação deverá ser realizada por Médico do Trabalho, antes da data da posse do candidato, sendo a rotina básica complementada por exames clínicos e/ou laboratoriais especializados, conforme relação constante da Carta de Convocação.

13.DA CARGA HORÁRIA DE TRABALHO

13.1.Os candidatos convocados para nomeação no cargo objeto deste Edital cumprirão a carga horária semanal de acordo com o Item 2.1 deste Edital. O candidato deverá cumprir o horário de trabalho no local estabelecido pela Universidade Federal de Itajubá.

13.2.A jornada de trabalho poderá ser cumprida durante o turno diurno e/ou noturno ou em regime de plantão, nos termos da lei, de acordo com as especificidades do cargo e as necessidades da Instituição.

14.DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1.Será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que não cumprir as normas estabelecidas ou não preencher todos os requisitos previstos no Edital.

14.2.Se o candidato necessitar de declaração de participação no Concurso Público, deverá solicitar à Coordenação no dia do Concurso.

14.3.Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Concurso Público.

14.4.Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser realizadas por intermédio de Edital de retificação.

14.5.O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas/UNIFEI, pelo e-mail drs.dpe@unifei.edu.br, enquanto durar a validade deste Concurso.

14.6.São de inteira responsabilidade do candidato as informações prestadas no momento da inscrição, a interpretação deste Edital, bem como o acompanhamento da publicação de todos os atos, instruções e comunicados relativos a este Concurso Público, não podendo deles alegar desconhecimento ou discordância.

14.7.A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas/UNIFEI poderá, por motivos relevantes, cancelar ou anular a prova, devendo os candidatos afetados submeter-se a provas em novas datas e locais, sem necessidade de pagamento de nova taxa de inscrição.

14.8.O Concurso será válido por dois anos, a contar da data de homologação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do Inciso III do Art. 37 da Constituição Federal e do Art. 12 da Lei nº 8.112/1990.

14.9.No período de 03 anos, após o início do efetivo exercício, não serão aceitos pedidos de redistribuição, remoção para outro campus, nem de alteração do regime de trabalho.

14.10.No interesse da Administração, os candidatos classificados poderão ser aproveitados para outro campus da UNIFEI ou por outras Instituições Federais de Ensino.

14.11.A qualquer tempo poderá ser anulada a inscrição do candidato se for verificada falsidade e/ou irregularidade nas declarações e/ou nos documentos apresentados.

14.12.As despesas relativas à participação no Concurso Público serão de responsabilidade do candidato.

14.13.Os cadernos de provas serão disponibilizados para consulta pela comunidade e/ou interessados no site da UNIFEI após a homologação do resultado final do concurso.

14.14.Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UNIFEI.

14.15.O cronograma de atividades relativas a este concurso encontra-se no Anexo I.

14.16.Este Edital entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALINY CRISTINA DOS SANTOS

ANEXO I

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO CONCURSO

Atividade	Data
Período de Inscrições	09/01 a 08/02/18
Pagamento da Taxa de Inscrição	Até o dia 09/02/18
Consulta da Situação de Inscrição	A partir de 23/02/18
Solicitação de Isenção de Taxa de Inscrição	09/01 a 15/01/18
Resultado da Análise das Solicitações de Isenção	A partir do dia 25/01/18
Realização das Provas da 1ª fase	18/03/18
Divulgação do Gabarito Preliminar da 1ª fase	20/03/18
Interposição de Recursos Contra o Gabarito Preliminar da 1ª fase (por SEDEX)	21 e 22/03/18
Postagem com Aviso de Recebimento (AR) das respostas dos recursos (se houverem)	Até 03/04/18
Divulgação do Gabarito Final da 1ª fase após análise dos recursos	04/04/18
Divulgação do Resultado Preliminar da 1ª fase	04/04/18
Interposição de Recursos Contra o Resultado Preliminar da 1ª fase (por SEDEX)	05 e 06/04/18
Postagem com Aviso de Recebimento (AR) das respostas dos recursos (se houverem)	Até 17/04/18
Divulgação do Resultado Final da 1ª fase após análise dos recursos	Até 18/04/18
Divulgação dos habilitados para a 2ª fase	Até 18/04/18
Divulgação do horário de aplicação e outras instruções para a Prova Prática Específica	Até 18/04/18
Realização das Provas da 2ª fase	22/04/18
Divulgação do Gabarito Preliminar da 2ª fase	23/04/18
Interposição de Recursos Contra o Gabarito Preliminar da 2ª fase (por SEDEX)	24 e 25/04/18
Postagem com Aviso de Recebimento (AR) das respostas dos recursos (se houverem)	Até 08/05/18
Divulgação do Gabarito Final da 2ª fase após análise dos recursos	08/05/18
Divulgação do Resultado Preliminar	08/05/18
Interposição de Recursos Contra o Resultado Preliminar (por SEDEX)	09 e 10/05/18
Postagem com Aviso de Recebimento (AR) das respostas dos recursos contra o Resultado Preliminar (se houverem)	Até 18/05/18
Divulgação do Resultado Final do Concurso após Análise e Resposta dos Recursos	A partir do dia 18/05/18
Homologação do Resultado Final no Diário Oficial da União	A partir do dia 21/05/18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032017122200088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.